

Editorial

Sérgio Niza

Lembrava Bertrand Russel que «a ciência desde os Árabes tem tido duas funções. A primeira habilita-nos para *conhecer coisas* e a segunda habilita-nos para *fazer coisas*».

A escola, como a pensamos no MEM, incorpora de forma dialéctica tais funções. Entendemo-la, antes de mais, como uma instituição de desenvolvimento humano, onde, num ambiente sócio-cultural de mediação, os estudantes e os professores negociam, entre si, de forma compartilhada, a significação das situações em que se envolvem para *fazer e conhecer coisas* por si programadas em cooperação.

Enquanto instância mediadora de trocas culturais e de apropriação de culturas, compete-lhe formar os que nela convivem para uma cidadania democrática, activamente participada, em estruturas organizativas de cooperação. É essa *cooperação educativa* que sustenta a nossa pedagogia ou como dizemos, com maior propriedade, o nosso *modelo pedagógico*. Tal modelo é, na perspectiva de profissionais de educação que somos, um programa sistémico de intervenção transformadora, da escola e da sociedade, radicado numa organização auto-sustentada por agentes comprometidos em projectos que elegeram e por dispositivos de gestão cooperativa que mobilizam um conjunto de recursos metodológicos e de conhecimentos teóricos, para realizar determinadas tarefas sociais ou construir produtos culturais com relevância cultural e social. O que, na perspectiva de uma pedagogia cultural como a do MEM, se designa por construção de competências de acção só-

cio-cultural, usadas na escola como na vida, para satisfação de funções sociais reais e não de simulacros de vida como «coisas da escola».

É a maneira cooperada de gerir os espaços, os tempos, os recursos e os projectos de construção de produtos culturais que incorpora e activa a apropriação dos conhecimentos. Essa apropriação (a aprendizagem), distribuída pelos vários componentes do sistema de produção cultural e educativa, é alimentada por fluxos de comunicação e de trocas, quer no interior desse sistema, quer pela criação de interfaces com outros sistemas, comunitários ou virtuais. Trata-se de dispor de dinâmicas de interacção alargada que permitam realimentar e fazer evoluir as aprendizagens e os desempenhos científico-culturais e sociais dos estudantes e dos professores.

O desempenho esperado do nosso trabalho como do trabalho dos estudantes que conosco aprendem implica, assim, a criação de contextos democráticos nas salas de aula e na organização das escolas onde progressivamente chegaremos.

Os contextos democráticos assentam numa entajada continuada e na reflexão ética orientada para os princípios de justiça, de reciprocidade e de igualdade, valores que integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos que a todos vincula.

E para reforçar a convicção pedagógica que orienta no MEM, desde há quatro décadas, as práticas sociais da profissão que desenvolvemos apelo à fraternidade intelectual de

Thelen¹ que nos lembra que «a tarefa do docente consiste em participar em actividades que integram o desenvolvimento da organização social na aula com o propósito de orientá-la para a pesquisa e onde *as regras da casa* que é preciso elaborar [em cooperação] são os métodos e as atitudes das disciplinas de conhecimento que se tem de ensinar/aprender.

O docente influi nessa ordem social emergente, orientando-a para a pesquisa, quando *ilumina* e capitaliza as diferenças da maneira de actuar dos estudantes e quando interpreta o seu papel de investigador que é também o seu papel de participante na aula».

Costumamos também nós, no MEM, acentuar a importância dessa homologia de processos de aprendizagem e de formação social na escola em tudo simétricos da construção dos conhecimentos científicos e culturais dos que fora da escola, ou alguns dentro dela, em abrigos de

poder e de saber, vão colocando novas perguntas que possam satisfazer progressivamente a curiosidade, alimentada entre nós, para compreendermos e explicarmos melhor as nossas vidas e os mundos possíveis das nossas mentes.

Temos, como Thelen, o mesmo desígnio de fazer de cada um dos estudantes que conosco trabalham «um homem ou uma mulher que constrói com outros homens e mulheres as regras e os acordos que constituem [afinal] a realidade social».

Para prosseguir tal desígnio teremos de concentrar-nos na substância da Cultura e do Conhecimento (e não em formalismos didáticos) e na substância da Democracia para a organização social do nosso trabalho pedagógico. Para isso propusemos formar-nos pela construção ética e cooperada das nossas vidas, na escola como na sociedade que, assim, vamos transformando.

¹ Thelen, H (1981). *The Classroom Society: The construction of education*. Halsted Press.